12 — As candidaturas deverão ser;

12.1 — Apresentadas em suporte de papel através do preenchimento do formulário tipo, de utilização obrigatória e facultado a todos os que o solicitarem, disponível em www.m-almada.pt e no serviço de atendimento ao público do Departamento de Recursos Humanos, sito na Praça Professor Egas Moniz, n.º 38-E, na Cova da Piedade, 2800-063 Almada, para onde podem ser enviados por correio registado, com aviso de recepção, ou entregues, das 8h 30 m às 15h 30 m.

12.2 — Acompanhadas, sob pena de exclusão, de: fotocópias legíveis do Bilhete de Identidade actualizado (frente e verso) E do certificado de habilitações literárias; curriculum e, se for o caso, declaração de vínculo de emprego público. Deverão ser também anexados os documentos comprovativos da formação e ou da experiência profissional. Não serão aceites candidaturas e ou documentação necessária à sua instrução, apresentadas por via electrónica, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º n.º 3 alínea *u*) da Portaria n.º 83-A/2009, de 22-01.

13 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei. As candidaturas que não obedeçam aos requisitos expressos no presente aviso, serão excluídas.

14 — Serão notificados, por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, os candidatos:

14.1 — Excluídos e os aprovados, para a realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo;

14.2 — Admitidos, para a realização dos métodos de selecção com a indicação do respectivo dia, hora e local.

15 — A lista dos resultados obtidos será afixada no serviço de atendimento ao público do Departamento de Recursos Humanos desta Câmara Municipal e disponibilizada na sua página electrónica www.m-almada.pt;

15.1 — A lista unitária de ordenação final, após homologação, será publicada na 2.ª série do *Diário da República,* afixada no Departamento de Recursos Humanos desta Câmara e disponibilizada na sua página electrónica.

16 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

30 de Setembro de 2009. — O Vereador dos Serviços Municipais de Recursos Humanos, Organização, Informática, Actividades Económicas e Serviços Urbanos e Serviço de Saúde Ocupacional, *Carlos Manuel Coelho Revés*.

302379613

MUNICÍPIO DE ALMEIDA

Aviso (extracto) n.º 18179/2009

Para cumprimento do estipulado na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, se faz público, na sequência do meu despacho de 17 de Setembro de 2009, no uso da competência que me confere a alínea *a*), n.º 2, do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e na sequência do procedimento concursal comum, para um lugar de assistente operacional, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto por aviso n.º 9586/2009, publicado na 2.ª série do *Diário da República,* n.º 93, de 14 de Maio do corrente ano, contratei, a partir de 1 de Outubro de 2009, António César Neves Santos Pinto, para a categoria de assistente operacional, da carreira de assistente operacional, com a remuneração correspondente à 3.ª posição remuneratória da categoria e ao nível remuneratório 3 da tabela remuneratória única, montante pecuniário de 2009, 583,58 € (quinhentos e oitenta e três euros e cinquenta e oito cêntimos.

Para efeitos do estipulado nos n.os 2 e 3 do artigo 73.º da RCTFP, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, conjugados com os n.os 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, nos termos do já referido despacho, nomeei para júri do período experimental os seguintes elementos:

Presidente: José Alberto Almeida Morgado, vice-presidente;

Vogais efectivos — Eng.º Francisco José Bilhota Salvado Xavier, director de Departamento de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, que substitui o presidente nas faltas ou impedimentos, e Carlos Morgado Portugal, director de Departamento Administrativo e Financeiro;

Vogais suplentes: Eng.º Vítor Fernando da Silva Rodrigues, técnico superior, e Vanda Marisa Alves Damasceno Albuquerque, coordenadora técnica.

6 de Outubro de 2009. — O Presidente da Câmara, *António Baptista Ribeiro.*

302405687

Aviso (extracto) n.º 18180/2009

Para cumprimento do estipulado na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, se faz público, na sequência do meu despacho de 17 de Setembro de 2009, no uso da competência que me confere a alínea *a*), n.º 2, do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e na sequência do procedimento concursal comum, para um lugar de assistente técnico, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto por aviso n.º 8966/2009, publicado na 2.ª série do *Diário da República,* n.º 85, de 4 de Maio do corrente ano, contratei, a partir de 1 de Outubro de 2009, Diana Patrícia Mendes Santos Garcia, para a categoria de assistente técnica, da carreira de assistente técnica, com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória da categoria e ao nível remuneratório 5 da tabela remuneratória única, montante pecuniário de 2009, 683,13 € (seiscentos e oitenta e três euros e treze cêntimos).

Para efeitos do estipulado nos n.os 2 e 3 do artigo 73.º da RCTFP, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, conjugados com os n.os 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, nos termos do já referido despacho, nomeei para júri do período experimental os seguintes elementos:

Presidente: José Alberto Almeida Morgado, vice-presidente;

Vogais efectivos — Dr.ª Elisabete Fonseca Morgado, técnica superior, que substitui o presidente nas faltas ou impedimentos, e José António Dourado Espinha, técnico superior;

Vogais suplentes: Olívia da Conceição Marques Bastos, coordenadora técnica, e Vanda Marisa Alves Damasceno Albuquerque, coordenadora técnica.

6 de Outubro de 2009. — O Presidente da Câmara, *António Baptista Ribeiro.*

302405646

Aviso (extracto) n.º 18181/2009

Para cumprimento do estipulado na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, se faz público, na sequência do meu despacho de 17 de Setembro de 2009, no uso da competência que me confere a alínea *a*), n.º 2, do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e na sequência do procedimento concursal comum, para dois lugares de assistente técnico, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto por aviso n.º 8964/2009, publicado na 2.ª série do *Diário da República,* n.º 85, de 4 de Maio do corrente ano, contratei, a partir de 1 de Outubro de 2009, Elsa Maria Ascenção dos Santos Amaral e Márcia Sofia da Fonte Fortunato, para a categoria de assistente técnico, da carreira de assistente técnico, com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória da categoria e ao nível remuneratório 5 da tabela remuneratória única, montante pecuniário de 2009, 683,13 € (seiscentos e oitenta e três euros e treze cêntimos.

Para efeitos do estipulado nos n.os 2 e 3 do artigo 73.º da RCTFP, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, conjugados com os n.os 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, nos termos do já referido despacho, nomeei para júri do período experimental os seguintes elementos:

Presidente — José Alberto Almeida Morgado, vice-presidente;

Vogais efectivos — Carlos Morgado Portugal, director de Departamento Administrativo e Financeiro, que substitui o presidente nas faltas ou impedimentos, e José António Dourado Espinha, técnico superior;

Vogais suplentes — Olívia da Conceição Marques Bastos, coordenadora técnica, e Vanda Marisa Alves Damasceno Albuquerque, coordenadora técnica.

6 de Outubro de 2009. — O Presidente da Câmara, *António Baptista Ribeiro.*

302405013

MUNICÍPIO DE ALVITO

Aviso (extracto) n.º 18182/2009

Em cumprimento do disposto no artigo 37.º, n.º 1 alínea *a*) da Lei n.º 12-A/2008,de 27 de Fevereiro, torna-se público que, por meu despacho de 16 de Setembro de 2009, e na sequência de procedimento interno de selecção o trabalhador Nuno Miguel Pereira Azougado com a categoria de Especialista de Informática do Grau I mudou para o Nível 3, da referida categoria cuja remuneração será efectuada pelo 1.º escalão índice 540, a que corresponde o vencimento de 1853,74€.

28 de Setembro de 2009. — O Presidente da Câmara, *João Paulo Trindade.*

302395579